

PARA ALÉM DAS COTAS: COMO AS AÇÕES AFIRMATIVAS TÊM TRANSFORMADO NAS UNIVERSIDADES PAULISTAS?

Thais Santos Moya¹

Resumo: Desde que o Estado Brasileiro, em seus três poderes, autorizou a legalidade das ações afirmativas para populações não-brancas, inaugurou-se uma nova etapa do debate sobre os rumos que o país tomará nas próximas décadas. O que está em jogo, agora, é a disputa qualitativa de tais programas afirmativos. A questão que realmente importa é: Qual tipo de transformação esse projeto político almeja realizar no país? Este trabalho parte do pressuposto teórico metodológico de que o processo colonizador brasileiro desenvolveu-se fundamentalmente a partir de narrativas, conhecimentos e práticas produzidos e difundidos pelo universo acadêmico. O qual, nos últimos anos, tem sido atravessado pelas inquietações e transformações advindas das ações afirmativas, que este trabalho visou avaliar a partir das universidades públicas paulistas. Inicialmente como um projeto piloto a ser aperfeiçoado e expandido nacionalmente - foram realizados mapeamentos analíticos das referidas universidades a partir da tríade: Ingresso, Permanência e Produção de Conhecimento; desdobrada nas categorias analíticas, a saber, Processo Seletivo, Repartições Administrativas, Avaliações, Bolsas e Serviços, Acervo Bibliográfico, Dissertações e Teses. Contatou-se que houve maior empenho - tanto dos governos, como das instituições de ensino - nas iniciativas focadas no Ingresso e Permanência, deixando o pilar da Produção de Conhecimentos a margem. Dentre outras verificações, ficou evidente que o cenário universitário paulista configurou-se como reflexo da dualidade partidária-ideológica que se estabeleceu no país desde o início do século XXI, ou seja, as instituições federais foram conduzidas por governos do PT, enquanto as estaduais estão sob a gestão do PSDB há mais de vinte anos; o que repercutiu diretamente nas escolhas e nos investimentos que envolveram a gestão das ações afirmativas pelas universidades.

Palavras-chave: Ações afirmativas; Estudos Pós-coloniais; Decolonialidade; Educação; Universidade

Em 2017, completamos quinze anos, desde a primeira implementação de políticas afirmativas² nas universidades fluminenses. Essa trajetória foi percorrida através de embates teórico, político e midiático³ que visaram defender e atacar tais políticas. Apesar das polêmicas levantadas, o preceito de ações afirmativas progressivamente ganhou terreno e, hoje, são uma realidade nas Instituições Públicas de Ensino Superior.⁴ Desde então, a permanência da discussão

¹Doutora em Sociologia, bolsista Plano Nacional de Pós Doutorado/Capes, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

² Parte-se da seguinte definição de ações afirmativas: “conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. [...] Em síntese, trata-se de políticas e de mecanismos de inclusão concebidos por entidades públicas, privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicional, com vistas à concretização de um objetivo constitucional universalmente reconhecido - o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito.” (GOMES, 2001a, 9)

³ Ver Moya, 2014.

⁴ O ano de 2012 entrou para a história como o marco de uma nova etapa do debate, pois, durante seu desenrolar, houve a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF)⁴ que definiu o princípio da ação afirmativa com critério étnico racial⁴ constitucional, assim como a aprovação da “Lei de Cotas” (Lei no 12.711/12) pelo Congresso e sancionada pela

em torno da favorabilidade ou contrariedade somente interessa àqueles que desejam conservar os pilares coloniais de nossa sociedade. O que está em jogo, agora, é a disputa qualitativa de tais programas afirmativos, portanto, a questão que realmente importa é: Que tipo de transformação esse projeto político almeja realizar no país?

A colonização portuguesa no território brasileiro, como a maioria das colonizações pré-modernas e modernas, foi fundamentalmente marcada por um processo de racialização, que resultou na constituição do não-branco, como um sujeito outro, desprovido dos requisitos socialmente construídos de normalidade. Frantz Fanon, pioneiro na discussão acerca da processo subjetivo da colonização, afirmou que “por ser uma negação sistematizada do outro, uma decisão furiosa de recusar ao outro qualquer atributo de humanidade, o colonialismo compele o povo dominado a se interrogar constantemente: “Quem sou eu na realidade?””, lógica que, em seu extremo, redundando na animalização simbólica do colonizado. (Fanon, 1979, 31-32)

A obra *O Orientalismo*⁵, de Edward Said, considerada o marco inicial dos Estudos Pós Coloniais, expõe um percurso metodológico-analítico capaz de demonstrar como narrativas e discursos constituintes dos colonialismos perpassam a produção dos conhecimentos científicos e eruditos, entendidos como verdadeiros e autênticos, alcançando, com o tempo, a consciência comum da sociedade. (SAID, 2007, 275-277)

Boaventura de Sousa Santos expandiu e problematizou as discussões pós-coloniais no que ele chamou de Ecologia de Saberes, que lança luz para a o fato de que cada saber está inerentemente ligado a outros, portanto, não existe um saber universal e autossuficiente, pelo contrário, há um conjunto de epistemologias que confluem e, também, contrapõem entre si. Nas palavras do autor, “A Ecologia dos Saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento” (Santos, 2010, 53). No entanto, para o autor, na prática, existe uma linha abissal que divide a cartografia epistemológica em um binário valorativo, a saber, a Epistemologia do Norte, detentora dos conhecimentos legítimos e universais; e a Epistemologia do Sul, concebida como desqualificada e dependente dos saberes do norte. O pensamento pós-abissal, para Santos, seria situar “o pensar” a partir da experiência social da Epistemologia do Sul, entendida como o

presidenta Dilma Rousseff. Tais fatos consolidaram a ação afirmativa para populações negra e indígena como uma política de Estado, balizada por seus três poderes: legislativo, executivo e judiciário – o que pontuou o fim do duelo entre contrários e favoráveis à política.

⁵ Para o autor, o Orientalismo é um produto de intenções políticas que redundam em um “sistema de representações estruturado por todo um conjunto de forças que introduziram o Oriente na erudição ocidental, na consciência ocidental e, mais tarde, no império ocidental”

campo da sub-humanidade, e construir redes de aprendizado que reconheçam a Ecologia de Saberes.

O processo de formação da sociedade brasileira está fundamentado em um *ethos* euro-cristão que conciliou um padrão de normalidade costurando noções de raça, gênero, sexualidade, classe, entre outras diferenças, que inscreveu a desumanização nos grupos a margem de tal padrão. Dito isso, a complexidade brasileira exige uma perspectiva analítica que contextualize, interseccione e relacione tais marcas em contextos delimitados, pois, como orienta Avtar Brah, o racismo não pode ser circunscrito à classe social ou ao gênero, tampouco ser considerado independentemente. (Brah, 2006, 352-353)

Stuart Hall, também interessado em compreender como o processo de racialização relaciona o simbólico cultural com o material econômico, com vistas a superar as análises dualistas dessas esferas, desenvolveu o que convencionou-se chamar de Teoria da Articulação. Para o autor, tal articulação tem obrigação de ser sociológica, geográfica e historicamente contextualizada, pois as narrativas das sociedades colonizadas não podem ser escritas como uma história geral, pelo contrário, devemos ter em mente que a racialização é um processo discursivo que essencializa a normalidade e, conseqüentemente, o ideal de “humano” dos grupos sociais (Hall, 1980, 336-338). Dito de outra forma, racialização é o poder de desumanizar, nomear quem é o “outro”.

Homi Bhabha, preocupado com questões semelhantes, debruçou-se sobre a relação entre o discurso colonial e a construção dos estereótipos presente na constituição dos valores nacionais que normatizam e naturalizam as diferenças de modo hierarquizado. (Bhabha, 1998, 105-107). Segundo o autor, o saber a partir e por meio da experiência da diferença revela que “a outra questão”⁶ imprescindível, entretanto desde sempre ignorada e rechaçada pela teoria social hegemônica, é o modo de produção e representação da alteridade.

Voltando a Stuart Hall, que provocativamente escreveu um artigo intitulado “Quem precisa de identidade?”, no qual ele apresenta a identidade pode ser compreendida como um processo contínuo e descentrado de identificações do sujeito no decorrer de suas experiências. Ou seja, o conceito rígido e centrado de identidade, corrente nos sentidos referenciais da sociedade, além de não corresponder a realidade, reafirma e fixa os estereótipos de normalidade e, conseqüentemente, anormalidade. Dessa forma, podemos concluir que a pergunta do título do artigo é respondida por meio da reflexão de como, para quê e para quem ela é repetida e hierarquicamente preservada. Tais interesses são, portanto, daqueles hegemonicamente estabelecidos como normais. (Hall, 2008, 129)

⁶ As citações, até então, de Homi Bhabha referem-se ao artigo “A outra questão: O estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo” (p.105 -128), In Bhabha, 1998.

Diante das provocações advindas dos estudos críticos ao processo colonizador, torna-se inevitável olhar para as ações afirmativas no Brasil e perguntar: tais políticas tem provocado alguma alteração no modo de produzir conhecimento? As universidades reorientaram sua estrutura e administração a partir da implementação das ações afirmativas, no que tange seus objetivos mais imediatos, a saber, ingresso e permanência dos alunos?

De um modo geral, a ações afirmativas tem sido acompanhada e avaliada pelas instituições competentes, porém tais análises têm apresentado duas linhas principais de enfoque, saber, o balanço empírico quantitativo e o balanço dos posicionamentos. Apesar de tais abordagens serem necessárias, busco expandir, apresentando uma terceira via analítica-metodológica: a anticolonial, que tem como inspiração a crítica dos trabalhos pós-coloniais e decoloniais. Sendo assim, este artigo pretende apresentar e discutir quais e como são as transformações decorrentes das ações afirmativas implementadas nas universidades públicas paulistas, tanto no plano administrativo e estrutural, como na produção de conhecimentos. Para tanto, usamos como orientação um tripé valorativo que abarca as ações afirmativas universitárias de modo amplo e relacional, ou seja, para além do ingresso e permanência, também interseccionar a produção de conhecimento. A partir dessa relação, sete categorias de análise foram definidas com o intuito de mapear como as ações afirmativas impactaram estruturalmente a rotina acadêmica em suas dimensões administrativa, pedagógica e científica.⁷

A categoria Processo Seletivo analisa como a política afirmativa é inserida na seleção (vestibular) das instituições e, também, os resultados de suas intenções na inclusão de seu público alvo. A categoria Repartições refere-se ao modelo de administração das ações afirmativas, ou seja, como foi alocada, a quem ou a que instância responde, quais objetivos e atribuições. Tais informações foram coletadas nos *sites* das instituições, assim como nos Relatórios de gestão. Avaliações é uma categoria que analisa a existência ou não de um processo avaliativo de suas políticas afirmativas. Mais especificamente aponta a periodicidade, o caráter empregado – ou seja, qualitativo ou quantitativo – e a possibilidade de acesso digital e remoto a tais informações. Tais dados foram acessados em duas vias, a saber, *sites* da universidade e Relatórios de gestão.

⁷ A decisão de restringir o acesso às informações por meio remoto e digital foi intencional pois é mais um indicador da relação da instituição com as políticas afirmativas, tendo em vista que demonstra que tipo e como os dados são divulgados. Esta escolha metodológica foi bem sucedida e evidenciou que, de modo geral, as universidades pesquisadas não possuem um rol organizado com informações pertinentes ao acompanhamento e, principalmente, avaliativo. Pelo contrário, as informações estão espalhadas, sem acesso linear, seja indutivo ou dedutivo, além de, as vezes, serem contraditórias.

Bolsas e serviços abrangem os programas de assistência aos estudantes tanto no âmbito da permanência básica, quanto no acadêmico, referente a bolsas de estudo e pesquisa. A busca dessas informações foi realizada por meio dos Anuários e Relatório e gestão da instituição. Acervo refere-se aos livros que tratam da temáticas das ações afirmativas acessíveis no conjunto de bibliotecas da universidade. O levantamento foi realizado por meio dos sistemas de localização oficial, lotado no *site*, por meio das palavras-chave: ação afirmativa, ações afirmativas, políticas afirmativas, cotas e cotas raciais. Do mesmo modo, a categoria Dissertações e Teses, que corresponde ao conjunto dessas produções científicas, foi delimitada e coletada.

Por fim, a categoria Grupo de Pesquisa refere-se àqueles que se dedicam tanto ao tema das ações afirmativas mais especificamente, como os temas que circundam e atravessam tais políticas. Sendo assim, o levantamento foi realizado por meio do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq⁸, restrito aos campos “Nome do grupo”, “Nome da linha de pesquisa” e “Palavra-chave da linha de pesquisa”, aplicando os seguintes termos de busca: ação afirmativa, ações afirmativas, cotas raciais, cotas, racismo, relações raciais, políticas de inclusão, indígenas, negro e negra.

Estas categorias orientaram a análise das universidades públicas paulistas que aplicam algum tipo de ação afirmativa, dentro do período a partir da sua implementação até 2015, a saber, Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (2005), Universidade Federal de São Carlos – UFSCar (2008), Universidade Federal do ABC – UFABC (2008), Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (2005), Universidade de São Paulo – USP (2007) e Universidade Estadual de São Paulo – UNESP (2014).

Apresentação e discussão dos dados

Sem um levantamento populacional do período analisado, os desdobramentos analíticos das categorias deste trabalho seriam prejudicados, principalmente, o eixo Ingresso do tripé valorativo das ações afirmativas universitárias. Qual o universo de estudantes matriculados antes das políticas e em 2015? Quantos entraram por meio das ações afirmativas? Quantos destes são pretos, pardos e indígenas (PPI)? Tais informações se tornam ainda mais relevantes tendo em vista a ampliação do Ensino Superior, por meio, principalmente, do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (Reuni).

A UFSCar teve um aumento de 62% em matrículas entre 2008 e 2015. Neste período, 18.513 estudantes ingressaram na universidade, sendo 45% destes por meio de ação afirmativa

⁸ Ver em http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf (Acesso em Dezembro, 2015)

geral, ou seja, oriundos de escola pública. Os dados que distinguem os ingressantes por meio de ação afirmativa com critério étnico-racial estão disponíveis até 2013, demonstrando que, até esse marco, 13% do total são estudantes do critério PPI.

A UFABC foi criada em 2005 e seu primeiro ano letivo foi em 2007, portanto, o aumento de matrículas, de 2007 a 2015, é muito maior e desproporcional no contexto paulista: 598%. De um total de 11.240 de ingressantes, 40% entrou por meio de ação afirmativa geral. Os dados sobre ingressantes PPI estão disponíveis a partir de 2010 e correspondem a 23% do total.

Descrição e impacto quantitativo da Ação Afirmativa de cada IES

IES	Campi (2017)	Ano		Tipo	Critério ⁹		Total alunos de graduação			Efeito Ação Afirmativa (Ano de execução a 2015)		
		Adesão	Execução		Ano 1 ¹⁰	2015	Ano 1 ¹¹	2015	Aumento %	Total (Geral)	Total (AA)	Total (PPI)
UFSCar	4	2006	2008	R + A	EP + PPI	EP + R + PPI	8695	14135	62	18513	8284 (45%)	1642 (13%) ¹²
UFABC	2	2006	2008	R	EP + PPI	EP + R + PPI	1866	13035	598	11240	4058 (40%)	2634 (23%) ¹³
UNIFESP	6	2004	2005	R + A	PPI + EP	EP + R + PPI	1336	11616	87	23684	3385 (14%)	2094 (9%)
UNICAMP	3	2004	2005	B	EP + PPI	EP + PPI	16143	19901	23	35553	11235 (32%)	3386 (9%)
USP	7	2006	2007	B	EP	EP + PPI	56998	59081	4	105318	25207 (24%)	14363 (14%)
UNESP	34	2013	2014	R	EP + PPI	EP + PPI	36264	37770	4	15299	3148 (20%)	1007 (7%)

Fonte: Relatórios de gestão e Anuários das instituições

Legenda: "Tipo" de Ação Afirmativa: R = Reserva de vagas; A = Acréscimo de vagas; B = Bônus; "Critério" do grupo foco: EP = Escola Pública; R = Renda; PPI = Autodeclarados Pretos, Pardos e Indígenas.

A UNIFESP, durante o período analisado, criou quatro novos campi, o que refletiu no aumento de matrículas em 87%. Outro fator que explica este alto crescimento, refere-se a sua política afirmativa que tem como regra o acréscimo de 10% das vagas. No que tange aos ingressantes, de um total de 23.684, entre 2005 e 2015, 14% são de ação afirmativa geral e 9% PPI.

As universidades estaduais tiveram um aumento de alunos bem menos expressivo, resultado direto da falta de aumento de investimentos dos governos estaduais no período, a saber, Alckmin, Serra, Goldman, todos PSDB, e Lembo, do antigo PFL, atualmente DEM. Ao mesmo tempo, vale ressaltar que estas universidades possuem um total de alunos bem superior ao conjunto das universidades federais aqui estudadas.

Dentre as três IES estaduais, a UNICAMP se destaca com um aumento de 23% de matrículas entre 2005 e 2015. Dentre os 35.553 ingressantes deste período, 32% entraram por meio do sistema afirmativo geral e 9% através do mesmo sistema para PPI. Entre 2007 e 2015, a USP

⁹ Após a Lei 12.711/ 2012 (Lei de cotas para Ensino Superior), as universidades federais incluíram necessariamente o critério Renda

¹⁰ Ano 1 refere-se aos anos de execução das políticas.

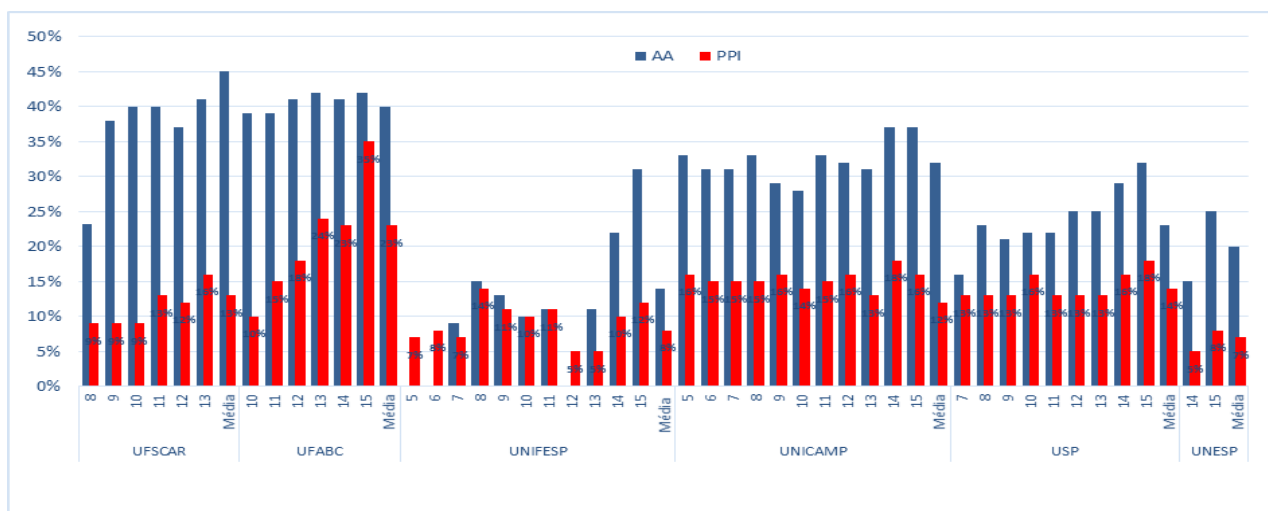
¹¹ Ano 1 refere-se aos anos de execução das políticas.

¹² Total calculado entre 2008 a 2013 devido inexistência de dados digitalmente acessíveis.

¹³ Total calculado entre 2010 a 2015 devido inexistência de dados digitalmente acessíveis

teve um crescimento de apenas 4% de matrículas. De um total de 105.318 ingressantes no mesmo período, 24% utilizaram o seu programa afirmativo INCLUSP. Ainda que este programa não tenha critério étnico-racial, os dados oficiais da instituição apontam que a porcentagem de ingressantes que se declararam pretos, negros ou indígenas correspondeu a 14% do total. A UNESP aderiu a um sistema afirmativo para o ingresso de 2014. Desde então, houve um aumento de 4% de matrículas e, dentre os ingressantes, 20% são oriundos da política afirmativa geral e 7% correspondem ao grupo afirmativo PPI.

Progressão percentual de matrículas por meio de ação afirmativa geral comparado ao PPI



Fonte: Elaboração própria por meio dos Relatórios de gestão e Anuários das instituições

O gráfico progressivo e comparativo retrata, no período analisado, a tendência linear das universidades estaduais, UNICAMP e USP, expondo a falta de êxito de seus sistemas no que tange o objetivo principal deles: aumentar o ingresso de estudantes oriundos da escola pública, com renda baixa e, no caso da UNICAMP, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas. Nesta instituição, em dez anos, o ingresso desse perfil oscilou muito pouco em torno dos 30%, para escola pública, e próximo dos 15% para o alunos PPI. Sob pressão, a UNICAMP reformulou o sistema de bônus (PAAIS) a partir de 2016, aumentou a pontuação, na segunda fase, de 30 para 90 para estudantes de escola pública e de 40 para 120 pontos para o perfil PPI. E também incluiu pontuação na primeira fase, 60 para oriundos de escola pública e 80 para PPI. O resultado, nos últimos vestibulares, foi significativo no aumento de estudantes de escola pública que tangenciou 50%, já o perfil étnico-racial não houve um aumento que possa ser considerado exitoso, com 16% em 2016 e 22% em 2017.¹⁴ Fato que impulsionou uma intensa campanha interna, mobilizada por coletivos estudantis e movimento negro, em defesa da substituição do bônus por “cotas étnico-raciais”. O resultado

¹⁴ Ver <http://www.comvest.unicamp.br/inclusao-paais/numeros/> Acesso em Abril de 2017

positivo foi conquistado no último dia 30 de maio, quando a Conselho Universitário aprovou um sistema de reserva de vagas que tem como meta destinar 50% para estudos egressos da escola pública, dos quais, 37,5% para estudantes PPI.

De modo semelhante, a USP lidou e tem lidado com intensa demanda para implementação de medidas afirmativas mais efetivas. Em 2008 e 2014, depois de evidentes insucessos do bônus do sistema INCLUSP, a universidade aumentou as porcentagens do mesmo, porém, sem êxito no aumento no ingresso do perfil almejado. Em 2016, a USP aderiu o sistema SISU como possibilidade de ingresso, disponibilizando até 30% das vagas em cada curso e turno, cabendo a cada unidade a opção de aderir ou não ao sistema. No último dia 4 de julho, o Conselho Universitário aprovou, para todos os cursos, a meta, a ser atingida em 2021, de 50% das vagas para estudantes oriundos de escola pública e 37% destes autodeclarados PPI.

Quando analisamos, dentre as instituições federais, a progressão da relação entre o ingresso afirmativo por meio de escola pública por meio do perfil étnico-racial, notamos que não há necessariamente um cortejo das porcentagens. No caso da UFSCar, evidencia-se que, apesar da média de 45% de ingressantes oriundos do sistema público de ensino, o ingresso de alunos pretos, pardos e indígenas (PPI) tangenciou a marca de 10% durante o período analisado, apresentando uma média de 13%. Percentagem similar àquelas alcançadas pelas universidades estaduais, USP (14%) e UNICAMP (12%), que aderiram o modelo de bônus. Tal resultado pode ser entendido pela percentagem progressiva (de 20% para 40%) destinada aos ingressantes que estudaram em escolas públicas em seu Programa de Ações Afirmativas, dentre 2008 e 2013, o que demonstra que o escopo no qual a reserva PPI está vinculada é determinante para a efetividade do critério étnico-racial da política. Como contraponto, a UFABC, que desde o primeiro ano de execução de suas políticas afirmativas reserva metade de suas vagas para ingressantes oriundos de escola pública, dentre 2010 e 2015, apresentou uma escalada de 10% para 35% referente a estudantes PPI matriculados.

O modelo da UNIFESP apresenta um panorama diferenciado, principalmente, porque começou com reservas exclusivas para ingressantes PPI egressos do ensino público. De 2007 a 2012, as vagas do sistema afirmativo remanescentes foram encaminhadas para estudantes de escola pública, independente do critério racial. A prerrogativa de estabelecer o critério étnico-racial como referência principal garantiu que o grupo PPI fosse preponderante entre os ingressantes. Tal proporção foi alterada a partir de 2013, quando a instituição começou aplicar a Lei de Cotas,

período no qual ingressantes de escola pública, independente do critério PPI, tornaram-se progressivamente maioria.

No que tange ao campo mais administrativo das políticas afirmativas, as categorias Repartições e Avaliações, demonstram, a partir da estrutura disponibilizada para gerir e acompanhar tais políticas, a relação, as vezes conflituosa, entre o compromisso institucional e os limites de recursos humanos e materiais das universidades.

Atualmente, a UFSCar gerencia seu Programa de Ações Afirmativas (PAA) por meio da Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (SAADE)¹⁵, instaurada em 2016, sediada no campus de São Carlos e definida como um órgão de apoio administrativo vinculado à Reitoria. Antes da SAADE, existiram dois instrumentos administrativos das ações afirmativas: em 2008, na implementação do Programa, foi criado o Grupo Gestor, nomeado pela Reitoria, alocado na Pró-reitoria de Graduação.¹⁶ A partir das experiências, demandas e avaliações advindas do PAA, a Pró-reitoria de Graduação, em 2012, reorganizou sua estrutura de funcionamento e criou a Coordenadoria de Ações Afirmativas e outras Políticas de Equidade (CAAPE), juntamente com a Divisão de Desenvolvimento Pedagógico (DiDPed), Coordenadoria de Ingresso na Graduação (CIG); com intuito de aperfeiçoar os desdobramentos pedagógicos resultantes da inclusão de grupos discentes até então pouco representados, como, por exemplo, indígenas. Como dito, a SAADE resultou deste processo e, recentemente, novembro de 2016, instaurou a Comissão de Avaliação do Ingresso por Reserva de Vagas e do Programa de Ações Afirmativas, responsável pela avaliação decenal (2007- 2017), que, de acordo com legislação que implementou o PAA, seria instrumento para a instituição deliberar pelo seu prosseguimento ou não. Entretanto, a Lei de Cotas (2012) garante a continuidade de tais políticas, o que permitiu que uma Política de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da UFSCar, elaborada pela SAADE, fosse aprovada pelo Conselho Universitário, ainda em 2016.

No que tange as avaliações do PAA da UFSCar desde sua execução, 2008, estava prescrito que estas deveriam ser trienais e *encaminhadas aos Conselhos pertinentes para subsidiar as decisões relativas a ajustes para sua continuidade, alteração, ampliação*. Tais instrumentos de avaliação foram realizados e apresentados aos órgãos competentes, como afirmam os relatórios de gestão, no entanto, o acesso aos dados das mesmas não está disponível ao público nos *sites* institucionais de modo direto. Tais informações estão segmentadas e dispersas em documentos institucionais e alocadas em páginas de diferentes repartições da universidade.

¹⁵ <http://blog.saade.ufscar.br/?p=18> – Acesso em Abril de 2017.

¹⁶ <http://www.acoesafirmativas.ufscar.br/legislacao-institucional> - Acesso em Abril de 2017.

A UFABC é a única instituição paulista que possui uma Pró-reitoria responsável pela administração da política afirmativa. Trata-se da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (PROAP), criada em 2010, sediada no campus de Santo André, administrada por meio de Pró-reitoria, Pró-reitoria Adjunta e três Coordenadorias, a saber, Coordenadora de Assuntos Comunitários, Coordenadora de Direitos Humanos e Coordenador de Políticas Afirmativas. Em 2013, também foi criada a Comissão de Ações Afirmativas (COPAf) que tem a responsabilidade de um órgão consultivo e deliberativo da ProAP¹⁷ As avaliações quanti e qualitativas das ações afirmativas não estão organizadas e acessíveis na página da PROAP, no entanto, é possível encontrar, no *site* como um todo documentos com dados a respeito de tais políticas.

A UNIFESP, atualmente, administra sua política afirmativa por meio da Coordenadoria de Ações Afirmativas e Políticas de Permanência (CAAP), criada em 2014, alocada na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), sediada no campus de São Paulo. Sua administração está toda submetida à organização funcional da PRAE, que também é responsável pelo Programa de Auxílios para o Estudante (PAPE/PBP). A página desta Pró-reitoria disponibiliza um conjunto organizado de documentos de avaliação - quanti e qualitativos, estes muito relacionados ao acesso a políticas de permanência - das suas ações afirmativas.¹⁸

As universidades estaduais não possuem uma repartição própria para gestão das suas políticas de gestão. Tanto a UNICAMP, quanto a UNESP, deixam a cargo das instituições responsáveis pelo vestibular, a saber, respectivamente, Comissão Permanente para os Vestibulares (COMVEST) e Fundação para o Vestibular para Universidade Estadual paulista (Vunesp). A USP administra o INCLUSP por meio da Pró-reitoria de Graduação, porém, não específica em que esfera isso se dá. As avaliações das ações afirmativas dessas instituições são facilmente encontradas nas páginas dos órgãos acima mencionados, porém, todas de perfil estritamente quantitativos e estatísticos.

Para além das características infraestruturas e administrativas, assim como as iniciativas advindas delas, é de extrema importância observar, principalmente para o interesse analítico anticolonial, como se dão os desdobramentos no campo da produção e contestação dos conhecimentos. A formação de grupos de pesquisa sobre ações afirmativas e seus temas correlatos são indicadores do modo como a temática tem sido incorporada na produção científica das universidades, assim como a produção intelectual e o acervo presentes em suas bibliotecas. Tal mapeamento, no entanto, não pode ignorar os diferentes contextos das universidades aqui

¹⁷ http://proap.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=262:comissao-de-politicas-afirmativas-cpaf-da-ufabc&catid=8&Itemid=182 – Acesso em Abril de 2017

¹⁸ <http://www.unifesp.br/reitoria/prae/institucional/coordenadorias/caap-acoes-afirmativas-e-politicas-de-permanencia#>

analisadas, pois tratam-se, ao mesmo tempo, de instituições antigas, tradicionais e grandes, assim como seus opostos, principalmente no caso específico da UFABC, que foi fundada em 2005, com uma proposta estrutural inovadora de barachelados interdisciplinares: Ciência e Tecnologia (BC&T) e Ciências e Humanidades (BC&H).

Com exceção da UFABC, as demais universidades possuem grupos de pesquisa relacionados às temáticas das ações afirmativas. A UFSCar possui dez grupos registrados no Diretório CNPq, dos quais metade foram criados após a implementação do seu PAA.¹⁹ Vale também ressaltar que parte desses grupos estão vinculados ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab), que, durante a última década, se tornou um importante referência em Pesquisa, atuação política e execução de atividades de Ensino e Extensão em Ações Afirmativas no Brasil.²⁰ No entanto, a UFSCar possui o menor acervo sobre o tema, disponível nas bibliotecas, com apenas nove títulos, restritos ao período de 2004 a 2012, sem nenhum registro de empréstimo. Quantidade inferior aos títulos disponíveis nas bibliotecas da UFABC (17 títulos), por exemplo, que além de ser uma instituição recente, não possui produção acadêmica acerca das ações afirmativas. De modo similar, até 2015, o sistema da UFSCar contabilizava nove trabalhos acadêmicos sobre a temática, dentre teses e dissertações.

A UNIFESP, até 2015, registrava um trabalho acadêmico e 97 títulos sobre políticas afirmativas. Desde 2007, foram criados 7 grupos de estudo sobre as temáticas correlatas, indicando um interesse recente, porém crescente.

Mais da metade dos grupo de pesquisa relacionados à temática da USP foram criados há mais de dez anos, dos quais muitos anteriores ao seu Programa INCLUSP. Dentre eles, destaca-se no que tange a temática, o Programa de Pesquisa, Ensino e Extensão em Relações Étnicas e Raciais. A universidade conta também com o tradicional Centro de Estudos Africanos, criado em 1965, além de possuir o maior acervo disponível acerca das ações afirmativas, fato condizente com sua longevidade da instituição.

¹⁹ Práticas Sociais e Processos Educativos (1997), Estudos sobre a criança, a infância e a educação infantil (1998), Relações Étnicas e Raciais no Brasil (1999), História Social da Imigração e do Trabalho (2002), Grupo de Estudos e Pesquisa História, Trabalho e Educação (2002), Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa – NIASE (2002), Estudos sobre Intolerâncias (2008), Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos (2009), Educa, Territórios Negros e Saúde (2014) e Educação e Relações Étnico-Raciais (2015).

²⁰ Ver <http://www.neab.ufscar.br/> - Acesso em Abril de 2017

A UNICAMP possui cinco grupos de pesquisas na temática²¹, com pouca produção e atuação do debate, principalmente, nas Ciências Sociais. Porém, desde a implementação do PAAIS, é notável uma série de pesquisas acerca das ações afirmativas produzida no Programa de Pós Graduação em Educação, que ajudam a computar o total de 19 trabalhos acadêmicos sobre o tema da instituição. Quanto ao acervo de livros, há 56 títulos disponíveis na bibliotecas, dos quais, 75% foram publicados entre 2000 e 2010.

A UNESP possui seis grupos registrados²² e apenas três trabalhos acadêmicos acessíveis. Aparentemente, a implementação tardia das ações afirmativas na instituição influenciou no pouco interesse e produção de pesquisa sobre o tema, principalmente, quando lembramos que a universidade possui núcleos e grupos tradicionais e antigos acerca da temática étnico-racial, como por exemplo, o Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e Extensão (Nupe) e o Centro de Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra (Cladin); além de ter o segundo maior acervo de livros sobre ações afirmativas e temas correlatos dentre as universidades públicas paulistas, com 121 títulos.

Foram criados, em média, um grupo de pesquisa sobre as temáticas correlatas às políticas afirmativas por ano, entre 2007 e 2013, na UNIFESP. No entanto, em seu acervo disponível há apenas uma dissertação de mestrado, 2010, do Programa Mestrado em Ciências da Saúde. Vale ressaltar que apesar dos cursos de Ciências Humanas serem recentes na universidade, ela possui o terceiro maior acervo de livros acerca das temáticas correlatas às ações afirmativas dentre as universidades públicas paulistas.

A assistência estudantil não é importante apenas para permanência de estudantes com baixa renda, mas também no processo de ingresso, pois a perspectiva de se manter, de antemão, influi na disposição ou não de fazer o vestibular. Do mesmo modo, possibilita mínima estabilidade para vislumbrar e desenvolver uma pesquisa, muitas vezes, por meio de bolsas específicas.

Seria negligência discorrer sobre assistência estudantil no Ensino Superior e omitir o importante e metódico esforço, dos governos Lula e Dilma (PT), para aumentar e qualificar tais recursos. E para entender tal processo, é necessário, antes, ter dimensão da expansão das universidades federais. Por meio do Reuni, que iniciou em 2003, houve intensa interiorização dos

²¹ CPEI - Centro de Pesquisa em Etnologia Indígena (1995), Grupo de Estudos e Pesquisa Diferenças e Subjetividades em Educação (2005), Diversidade Social e Biodiversidade (2010), A língua portuguesa no tempo e no espaço (2012) e Laboratório de Estudos de Educação Superior – LEES (2014).

²² Grupo de Trabalho do NUPE-FCL-ARARAQUARA-CLADIN-LEAD (2005), Avaliação e Políticas Educacionais (2006), Centro de Estudos Indígenas Miguel A. Menéndez (2006), Grupo de Pesquisa de Línguas Indígenas Brasileiras (2011), Políticas Sociais, relações Étnico-Raciais e Cidadania (2012), Democracia e desenvolvimento no Brasil (1850-2014) (2014).

campi das universidades federais aumentando os municípios atendidos pelas universidades de 114 em 2003 para 275 até o final de 2014. Também foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação.

Diante de tamanha expansão, foi imperativo criar e fortalecer um conjunto de programas que garantam a permanência dos estudantes, principalmente, ingressantes por meio de ações afirmativas. Dentre eles, podemos destacar quatro programas: Programa Bolsa Permanência (PBP), Programa de Educação Tutorial – PET Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Ensino Superior Públicas Estaduais (Pnaest). Este último, criado em 2010, específico para universidades estaduais, é a causa preponderante da USP e a UNESP adotarem parcialmente o critério étnico-racial em seus processos seletivos. Isso porque o Pnaest tem como objetivo, além de fomentar a assistência estudantil, estimular a adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SISU) e, conseqüentemente, às ações afirmativas, tendo em vista, que a alocação de recursos está vinculada a proporção de vagas ofertadas pelo sistema.²³

O Pnaes é destinado as universidades federais e *oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte e apoio pedagógico.*²⁴ Tal investimento, em sete anos, foi de R\$ 101 milhões para quase R\$ 900 milhões. Somente no governo Dilma, houve um aumento de 140%. Em 2013, por exemplo, o programa proporcionou mais 1,4 milhão de benefícios a estudantes distribuídos em todas as instituições federais de educação superior.

O PBP, foi criado em 2013, disponibiliza bolsa de permanência para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas.²⁵ Por fim, o Programa de Educação Tutorial – PET, criado em 1979 pela Capes, e transferido para Secretaria de Ensino Superior (SESU), no MEC, em 1999. *O PET é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizados a partir de formações em nível de graduação nas instituições*

²³ As instituições que oferecem até 200 vagas, recebem até R\$ 150 mil; entre 201 e 1 mil vagas, até R\$ 750 mil; acima de 1 mil vagas até R\$ 1,5 milhão. Além disso, a instituição que ofertar, na primeira edição do Sisu de cada ano, entre 50% e 80% do total de vagas anuais autorizadas em cada um de seus cursos habilitados a participar da seleção unificada, receberá uma bonificação de até 30% sobre o valor do recurso a ser repassado. No caso das instituições que ofertarem acima de 80% do total de vagas anuais autorizadas em cada um de seus cursos, a bonificação será de até 50% sobre o valor a ser repassado. Ver <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34934>

²⁴ <http://portal.mec.gov.br/pnaes>

²⁵ Estudantes indígenas e quilombolas receber um valor superior, em razão de suas especificidades com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192

de ensino superior públicas e privadas.²⁶ Durante os governos Lula e Dilma, o programa partiu de 295 grupos, crescendo exponencialmente nos anos seguintes, até atingir um patamar de 843 grupos e 10 mil estudantes de graduação em 2014.

Para o desenvolvimento da análise proposta nesse trabalho, mapeamos dois tipos de bolsa, a saber, de caráter de permanência e de estudo/pesquisa, além de programas específicos destinados aos estudantes de graduação de cada instituição.

Bolsas e Serviços para estudantes

IES	Bolsas			Tipo de Serviços
	Programas internos de bolsas	Tipo de bolsa		
		Permanência	Estudo/Pesquisa	
UFSCar	BAIE (2009) BAIF (2011) PIBIC AA FUNAI (2013)	Moradia Transporte Alimentação Atividade Indígenas	Treinamento Tutoria BAIE BAIF	Médico Odontologia Psicologia Creche Serviço Social
UFABC	PIBIC AA PROAP	Moradia Transporte Alimentação Atividade	PIBIC AA	Médico Odontologia Psicologia Creche
UNIFESP	PAPE PIBIC AA	Moradia Transporte Alimentação	PIBIC AA BIG	Médico Odontologia Psicologia Creche
UNICAMP	PIBIC AA	Moradia Transporte Alimentação Atividade Estrangeiros	PAPI Artista BAEF BAS-IC PAD	Médico (SSCD) Odontologia Psicologia Creche
USP	PAPFE	Moradia Transporte Alimentação Livros	PIBIC PIC	Médico Odontologia Psicologia Creche
UNESP	PAE	Moradia Transporte Alimentação Estrangeiros	BAAE PIBIC	Médico Odontologia Psicologia Creche

Fonte: Relatórios de gestão e Anuários das universidades

Considerações: Desafios das ações afirmativas como projeto nacional e objeto de pesquisa

Ao mapear, por mais de uma década, os reflexos das ações afirmativas nas universidades públicas paulistas, constata-se que houve maior empenho - tanto dos governos, como das instituições de ensino - nas iniciativas focadas no Ingresso e Permanência, deixando o pilar da Produção de Conhecimentos a margem.

A UFSCar, apesar de possuir um acervo aquém do esperado, desenvolveu, entre 2008 e 2010, um interessante projeto acadêmico, que resultou na publicação do livro *Ações Afirmativas – Perspectivas de pesquisas de estudantes da reserva de vagas*. Tratou-se de uma bolsa²⁷ - financiada pela Fundação Ford, chamada Bolsa de Assistência a Estudantes e Incentivo à Pesquisa (BAIP) –

²⁶ Ver <http://portal.mec.gov.br/pet> - Acesso em Março de 2017

²⁷ Bolsas no valor de R\$424,80, durante doze meses.

destinada a alunos ingressantes pelo PAA da universidade, que, sob orientação de docentes da mesma, desenvolveram projetos de iniciação científica que deveriam estar *relacionados a uma ou mais temáticas associadas às Ações Afirmativas*²⁸ No total, foram desenvolvidos quarenta projetos de pesquisa, dos quais, dezesseis compõem o livro mencionado. A iniciativa possibilitou que os estudantes bolsistas fossem introduzidos no campo de pesquisa e produção de conhecimento; e, ao mesmo tempo, foram estimulados a pensar e debater sobre os contextos e saberes que constituem a temática das ações afirmativas. Sem dúvida, uma experiência ímpar que deveria ser replicada por outras universidades. Tal exemplo provoca também a reflexão sobre a possibilidade da bolsa PIBIC – AÇÃO AFIRMATIVA (CNPq) começar a exigir a temática acerca das ações afirmativas nos projetos de iniciação científica que fomenta, com intuito de incentivar a produção de conhecimento das instituições sobre a discussão e os desdobramentos das políticas afirmativas.

Com exceção da UNIFESP, constatou-se que as informações relevantes sobre as experiências das universidades não estão facilmente acessíveis ao público. Fato que reverbera diretamente no processo de produção e reflexão científica sobre a temática. É, portanto, urgente que as universidades invistam na organização dos dados produzidos acerca de seus programas, colocando os mesmos digitalmente acessíveis.

Pode-se, inicialmente, concluir que o alto investimento federal em suas IES resultou na maior estrutura administrativa das políticas afirmativas presente na UFSCar, UFABC e UNIFESP, porém, é evidente que há também o fator da afinidade político-ideológica com o debate colocado pelas ações afirmativas. O cenário universitário paulista é um típico reflexo da dualidade partidária que se estabeleceu no país desde o início desse século, ou seja, as IES federais foram conduzidas por governos petistas, enquanto as estaduais estão sob a gestão do PSDB há mais de vinte anos. É inegável que este partido possui relação estreita com os ideias neoliberais, com vistas a privatização e isenção do Ensino Superior, o que torna as ações afirmativas duas vezes indigestas, pois estas, além de demandarem variados investimentos, provoca questionamentos acerca do papel social das universidades. Portanto, não é à toa, ou por falta de orçamento que a UNICAMP e UNESP, por exemplo, delegam, o acompanhamento dos seus programas afirmativos, aos seus órgãos responsáveis pelo Vestibular.

Outra evidência deste conflito ideológico está nos modelos de ação afirmativa da USP e UNICAMP²⁹, que rejeitaram reservas de vagas até 2017, optando pela bonificação, que, como

²⁸ file:///C:/Users/user/Downloads/edital_baip_2009-2010.pdf

²⁹ Após intensa e sistemática demanda estudantil, o Conselho Universitário da UNICAMP agendou, para 30 de maio de 2017, a votação que decide a implementação ou não de cotas étnico raciais em seu processo seletivo.

demonstrado, provocou pouco ou nenhum efeito ao longo do tempo. Da mesma forma, a adesão tardia da UNESP à política, que aconteceu somente após o Pnaest, demonstra a resistência como marca de tais instituições.

Tal dinâmica é bastante reveladora, principalmente, na conjuntura nacional atual, na qual um governo, com evidente legado de compromisso e investimento na Educação Superior, foi deposto em um processo de impeachment judicialmente conturbado e questionável. O governo Temer, desde que assumiu, tem lançado mão de estratégias com intuito de aprovar uma agenda política reformista neoliberal, que sistematicamente tem diminuído os investimentos em Educação e Saúde e eliminado direitos sociais duramente conquistados pela sociedade civil.

Como dito, as ações afirmativas impuseram a reflexão sobre nossas relações de poder e opressão, que são profundamente racializadas. Trata-se da disputa por um novo pacto social, a construção ou conservação da narrativa nacional. As elites econômicas, políticas e intelectuais estremeceem com esta disputa porque o resultado dela pode colocar a perder as regras do jogo jogado. As elites costumam ser conservadoras porque dominam o arcabouço normativo. Para elas, é essencial manter o velho modo de fazer política e dinheiro. De preferência, se possível, aparentando ser uma novidade.

As ações afirmativas estão sob ataques disfarçados que estão minando-as pelas beiradas. A Reforma do Ensino Médio, ao mesmo tempo, mina o a função de ingresso nas universidades das ações afirmativas e descaracteriza outra política afirmativa, tão importante quanto: As leis que obrigam o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena. Primeiro, porque estabelecer ensino integral e extinguir aulas noturnas, praticamente elimina a possibilidade de conclusão do Ensino Médio pelos jovens de baixa renda, pois quase sempre precisam trabalhar. Haverá um forte desvio dessa geração, que nos últimos quinze anos começaram seguir para o Ensino Superior, em direção às profissões técnicas. Segundo, porque a segregação das disciplinas em linhas temáticas, inviabilizará os objetivos das referidas leis.

Joan Scott (2005) afirmou que a política afirmativa, antes de tudo, é uma analítica de poder. Ao menos, sobre o Brasil, ela parece ter muita razão.

Referências

- BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Levando a raça a sério: ação afirmativa e correto reconhecimento*. In: Joaze Bernardino; Daniela Galdino. (Org.). *Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade*. 1 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, v. 1, p. 15-38.
- BHABHA, H. *O local da cultura*, p. 105-128. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

- BRAH, A. Diferença, Diversidade e Diferenciação. In: Cadernos Pagu (26), 2006, pp.329-376.
- _____. Travels in Negotiations: Identity, Difference and Politics. *The Journal of Creative Communication*, 2, 12, 245, 2007.
- FANON, F. *Pele Negra Máscaras Brancas*. Rio de Janeiro: Fator, 1983.
- _____. *Os Condenados da terra*. Rio de Janeiro: Dedaluz, 1979.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GOMES, J. B. B. *Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e Anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2005
- HALL, S. *Race, articulation and societies structured in dominance*. In O'CALLAGHAN(Org.), M. *Sociological theories: race and colonialis*. Unesco: Paris, 1980.
- _____. Codificação/ Decodificação. In: SOVIK, L. (Org.). *Da Diápora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- _____. Stuart Hall por Stuart Hall In: SOVIK, L. (Org.). *Da Diápora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003b.
- _____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T., HALL, S., WOODWARD, K. *Identidade e Diferença*. Petrópolis: RJ: Ed. Vozes, 2008.
- MOYA, T. S. *A "Cota" da Mídia: Análise da Repercussão das Ações Afirmativas em Jornais e Revistas*. Jundiaí, Paco Editorial:2014.
- MUNANGA, K. *O anti-racismo no Brasil*. In: MUNANGA, K (org.) *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Edusp, 1996.
- SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo; Editora Cortez. 2010.
- SCOTT, J. W. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.13 (1), pp.11-30, jan/abr 2005.
- SILVERIO, V. R. *Negros em movimento: a construção da autonomia pela afirmação dos direitos*. In: Bernardino, J. (Org.). *Levando Raça a Sério*. 1ª ed. Rio de Janeiro: DPA Editores, 2004, v. 1, p. 39-69.

Beyond quotas: How has affirmative action been transforming the public universities of São Paulo?

Abstract: Colonization in Brazilian territory was marked by a civilizing process that reconciled a standard of normality sewing together notions of race, gender, sexuality, class, and others. This work starts from the theoretical methodological assumption that this process of colonization has developed, also, from narratives and speeches that pass through the academic production. It is therefore necessary to consider whether the affirmative actions, policies applied in Brazil for more than a decade, have shed light not only on the process of inclusion in universities, but also on the production of institutional and administrative knowledge and relations. Here are the questions that the affirmative action debate has been asking all of us, and in regard to these issues I address the questions: How have universities dealt administratively with affirmative policies? What kind of impact and self-reflection have affirmative actions promoted in them? To do so, initially, analytical mappings were made of how the public universities of São Paulo State were influenced, in terms of their administrative and pedagogical policies, by affirmative action.

Keywords: Affirmative Actions, Postcolonial Studies, Decoloniality, Education, University